

Política social e política educacional **— pesquisa da e intervenção na realidade**

*Pedro Demo**

1. Componentes básicos da política social; 2. Educação e pobreza; 3. Educação e participação; 4. Pesquisa, participação e pobreza.

Passaram-se os tempos do “otimismo pedagógico” e da “educação redentora da humanidade”. Momentos houve em que a educação resumia a própria política social: era identificada como o móvel máximo da ascensão social, era o investimento social mais importante, era indicador privilegiado de desenvolvimento, e assim por diante. Tudo isto cristalizou-se particularmente na teoria dos recursos humanos, segundo a qual o desenvolvimento de uma nação está na proporção do desenvolvimento dos recursos humanos; aí aparecia a educação como a grande oportunidade para resolver os problemas da mão-de-obra e assumia a dimensão de investimento com retorno garantido. Ao lado da crença de que a educação tem o poder de transformar as almas, fazendo homens livres e bem intencionados, arraigava-se a fé na perspectiva de ser via certa de saída do subdesenvolvimento. Muitos educadores assumiam o ar carismático do moralista que quer consertar o mundo pela exortação; assim, o povo não era democrático por falta de educação; não gostava de trabalhar por falta de princípios; não obtinha remuneração condizente porque não a merecia em vista da falta de cultura. Até mesmo o problema do menor abandonado, da prostituta pobre, da violência urbana era produto de famílias sem educação.

* O autor é assessor do Ministro da Educação e Cultura. As idéias aqui expostas são apenas hipóteses de trabalho e não representam, necessariamente, a opinião oficial do MEC.

Um dos resultados importantes da pesquisa é precisamente desfazer este “pedagogismo” simplista e que no fundo é autêntica “falta de educação”. Em certo sentido, a educação está em retirada, porque cada dia mais aprende o que ela não é, o que não pode prometer, o que atrapalha, o que impõe e deturpa, e assim por diante. Isso tudo não desfaz a importância da educação dentro do contexto do desenvolvimento, mas pede redefinições e sobretudo extrema autocrítica. Porque, na verdade, qualquer política educacional tem tudo para ser um projeto reacionário e totalitário.

Traduzimos aqui, de modo muito sumário, a preocupação atual em inserir a política educacional dentro do quadro da política social, procurando estabelecer algumas hipóteses em torno da capacidade redistributiva e participativa da educação, na qualidade de sócia de um projeto global de redução da pobreza e de abertura à participação, em cujo quadro a pesquisa desempenha função relevante como requisito para uma intervenção efetiva na realidade.

1. COMPONENTES BÁSICOS DA POLÍTICA SOCIAL

Deixando de lado tantas polêmicas ligadas à política social, assumimos que ela seja o esforço planejado de reduzir as desigualdades sociais. Esta conceituação é imprecisa e polêmica, mesmo porque dificilmente chegaríamos a um acordo geral sobre o que seja desigualdade social e se ela é passível apenas de redução, ou também de eliminação. Dentro do contexto capitalista aceita-se como um fato normal que a desigualdade social possa ser reduzida, mas não eliminada, conforme mostraria o percurso histórico dos países avançados, que diminuíram bastante os conflitos oriundos da estratificação desigual da sociedade. Continuam sendo sociedades desiguais, mas a desigualdade teria assumido um contorno de relativo equilíbrio, tendo em vista que a maioria das pessoas se situaria no corpo intermédio da pirâmide socioeconômica.

A formação de uma pirâmide socioeconômica com estratos médios majoritários seria, em grande parte, a meta do desenvolvimento social capitalista, valendo, neste sentido, como desafio também para as nações subdesenvolvidas. Uma vez assumidas tais premissas, pode-se discutir a questão das variáveis mais importantes que condicionam tal processo de redução das desigualdades sociais, ou, em termos simplificados, da pobreza. Pergunta-se, pois: o que faz a pobreza diminuir?

De acordo com uma tradição preponderante, a redução da pobreza seria função precípua e muitas vezes exclusiva do crescimento econômico. Esta ótica, na verdade, é comum ao capitalismo e ao socialismo, pois ambos vêem a solução dos outros problemas à deriva da abundância material. Como se sabe e o processo brasileiro o comprovou, o crescimento econômico é condição necessária, mas não suficiente para o desenvolvimento social, já que ele pode muito bem conviver com o acirramento da pobreza da maioria da população.

De todos os modos, esta perspectiva explica em boa medida o papel tradicionalmente secundário e assistencialista desempenhado pela política social, que é chamada à cena na medida das sobras econômicas, ou ao sabor da necessidade de controlar tensões, ou sob a pressão de momentos históricos esporádicos. Compelido por esta interpretação, o II Plano Nacional de Desenvolvimento — PND reconheceu que as leis de mercado não têm vocação redistributiva e que, por isto mesmo, mister se faz uma força capaz de conduzi-lo a favorecer também os desprivilegiados do sistema. Com isto chegou-se a postular uma política social “de objetivo próprio”, que teria paridade hierárquica com relação à política econômica. O mais interessante de tudo foi por certo a conclusão de que a redução da desigualdade social é da responsabilidade do sistema como um todo, e não apenas da área econômica ou da área social.

Dentre as variáveis que condicionam fortemente a pobreza emerge, sem dúvida, a renda, o que caracteriza em grande parte as iniciativas voltadas para a população de renda baixa, onde a própria designação sugere o problema como central. Como, porém, a renda é auferida do trabalho, na verdade referimo-nos aí ao complexo ocupação/renda que, num rasgo de extrema simplificação, despreveria a prioridade programática da política social. Em grande medida, poucas coisas hão de influenciar tanto a ascensão social das famílias quanto uma inserção satisfatória no mercado de trabalho, da qual se extrai uma renda acima dos limites da subsistência.

Esta perspectiva teve outro resultado importante na área da educação. Esta não aparecia em primeiro plano, embora detivesse, como profissionalizadora e preparadora de mão-de-obra, uma função como sempre relevante. Mas, sem dúvida, ao acentuarmos que a variável socioeconômica da ocupação e da renda seria a mola mais importante da ascensão social, a educação voltou a ser vista com olhos bastante críticos. As pesquisas insistem em mostrar que a preparação da mão-de-obra tem impacto muito mais

positivo para o empregador do que para o trabalhador. Além de se aceitar que a questão dos recursos humanos é menos grave para a empresa do que se supunha, porque ela mesma os prepara e substitui, o possível aumento de produtividade é incorporado muito mais sob a forma de aumento de lucro, do que de aumento de salário. Percebe-se com isto que a educação, sozinha, não consegue influenciar a estrutura produtiva, para que esta se adapte à quantidade e à qualidade da mão-de-obra; e que ela não tem capacidade em si de criar empregos, de reduzir a abundância de trabalhadores. Seu impacto sobre a redução da pobreza pode ser, assim, bastante pequeno e muitas vezes nulo.

Muito embora o II PND tenha representado um avanço imenso em termos de política social, ele pertence aos planos anteriores à “abertura democrática”, sempre reticentes diante da variável política. Nos países capitalistas avançados a política social dificilmente seria definida como propriedade do Estado, porque ela foi, sem dúvida, muito mais uma conquista do trabalhador do que dádiva estatal ou comiseração do empregador. É claro que a redução da pobreza teve outros ingredientes muito peculiares e que acentuam nossa desvantagem estrutural, porque, ao lado de um crescimento demográfico diminuto, houve um desenvolvimento industrial considerável, capaz de absorver os excedentes rurais e de evitar a inchação urbana. Mas, mesmo assim, sem a articulação política do trabalhador não seria explicável a transformação bastante acentuada que sofreu a pirâmide socioeconômica de tais nações. Sem tentar discutir aqui se uma coisa é mais importante que a outra, a redução da desigualdade social é um projeto sociopolítico-econômico. Sem participação econômica e política, não há democratização de oportunidades. Qualquer variável social, inclusive a educação, considerada de modo isolado significa um esforço perdido, tendencialmente assistencialista e muitas vezes até mesmo concentrador. Preparar mão-de-obra é importante, mas não é menos importante forçar a estrutura produtiva a se adequar às necessidades básicas da população de baixa renda, tendo em vista que ela está, no momento, por demais voltada para o mercado de elite, interno e externo.

Contudo, isto significa uma grande oportunidade para a educação sair da sombra, na medida em que fizer eco à abertura política e aparecer como dimensão política no esforço conjunto de redução da pobreza. Sem recair no simplismo de que democracia seria produto da “boa educação”, ela pode desempenhar aí papel importante; ou pelo menos poderia não ser obstáculo.

2. EDUCAÇÃO E POBREZA

Passados os tempos em que se acreditou que a educação, isoladamente, resolvia os males da humanidade, é hoje mais importante acentuar *o que a educação não pode fazer*. Dentro do quadro da política social, comprometida com a redução da desigualdade social, a importância da educação estaria em sua capacidade de fazer eco a este compromisso. Aí surge o quadro concreto de sua *impotência*.

Assumindo-se que a ascensão social é condicionada mais por fatores econômicos e políticos, a educação, fora deste contexto, é uma ação apenas compensatória e em muitos casos excludente do mais pobre. Porque não estuda quem precisa, mas quem pode. É muito mais um processo de seleção e de reprodução dos privilégios, do que de democratização de oportunidades.

Num horizonte subdesenvolvido, de industrialização deficitária e dependente, com um quadro rural em degradação inevitável e com uma urbanização inchada, a educação tende a ser um remendo social, solidificando a ilusão do pobre, segundo a qual quem estuda sobe na vida. A educação, bem ou mal, prepara mão-de-obra, em sentido geral e até mesmo profissional, mas isto não precisa comover o mercado, que continua alienado das necessidades básicas da população majoritária. Extremando as coisas, poderíamos vislumbrar o ridículo de se imaginar que a pessoa passará a ganhar mais, se a educarmos para tanto. Muitas vezes, sobra educação, dentro de um ambiente econômico de subemprego expressivo. Tamanha é a abundância da mão-de-obra, que é possível exigirmos o segundo grau para se servir café. Aí está a pecha: é preciso cada dia estudar mais para se poder garantir o salário mínimo. Embora os níveis mínimos de rendimento estejam caindo a velocidade ponderável, não deixa de preocupar que a inadequação da estrutura produtiva às características da força de trabalho torne o esforço educacional em parte perdido e decepcionante.

É possível sempre dizer que a educação que não reduz a pobreza é aquela errada, que se faz por aí; mas haveria uma outra espécie, que seria um antídoto certo contra a desigualdade. Esta insinuação tem sua razão de ser, porque é sempre possível melhorar a educação e ela pode, de fato, colaborar na ascensão social das famílias. Mas pode esconder um fato fundamental: educação tende sempre a ser um projeto reacionário. Ela é sobretudo socialização, ou seja, outorga de normas, valores, sanções, que

reproduzem a estrutura de privilégios e de distâncias sociais. É serva do poder. É indução à obediência.

Assim, é importante termos em mente o quanto a educação pode ser irrelevante como móvel de ascensão social, num país subdesenvolvido. Ela faz coro fielmente aos problemas fundamentais de qualquer esforço de política social: é tendencialmente seletiva; favorece mais ao favorecido; expurga a pobreza; quem mais precisa, menos recebe. Isto explica, em boa parte, por que a educação é muito mais um processo da elitização do que de preparação de mão-de-obra. O pobre, em parte, sequer entra no sistema; em parte, cai na primeira série do primeiro grau; dificilmente é encontrado no segundo grau e será uma raridade no terceiro grau. A possível irrelevância da educação é comprovada de forma dolorosa na própria situação dos professores, ou seja, daqueles que teriam a incumbência de a transmitir. Os professores são uma categoria desprestigiada, sobretudo os professores de educação básica, que recebem salários às vezes ridículos e ilegais, e que representam o caso típico de uma anti-profissão. São a crítica viva de que a educação pode ser irrelevante como móvel de ascensão social. Assim, reflete-se nela a seletividade negativa: as áreas pedagógicas são povoadas pelos resíduos do vestibular e da terminalidade do segundo grau, porque somente a medíocres ou a obcecados pareceria ocorrer a má idéia de se dedicar ao ensino.

Todas estas considerações parecem fluir para uma conclusão drástica, de que a educação seria um equívoco como política social. Na verdade, esta conclusão não é necessária, nem é verdadeira. O tipo de análise que fizemos busca outra conseqüência: fundamentar as deficiências da educação, para daí extrair sua eficiência. Porque somente sabendo delas podemos elaborar um projeto educativo capaz de reduzir a pobreza e de ser sócio do projeto maior sociopolítico-econômico de redução das desigualdades sociais num país em desenvolvimento. O que buscamos, portanto, é desfazer as ilusões de que estamos acometidos neste terreno, para conseguirmos a perspectiva realista de trabalho, onde possíveis êxitos não são uma simples decorrência, mas arduamente conquistados e sempre aperfeiçoáveis.

O problema fundamental da educação em relação à pobreza é o da *superção da seletividade*, no sentido de que ela faz normalmente o jogo da concentração da renda: atinge melhor o mais beneficiado. Por isto mesmo se afirma que ela mais seleciona do que educa. Nesta linha, o ponto de

partida da educação seria a constatação de que seu problema fundamental não é apenas pedagógico, mas sobretudo de pobreza; porque o povo padece menos de analfabetismo do que de pobreza. A pobreza é a questão básica para qualquer esfera social de atuação: para a saúde, para a habitação, para a previdência, para o trabalho, para a cultura etc. Certamente não colocaremos aqui mecanicismos explicativos, pois sequer vemos a pobreza como causa, mas simplesmente como condicionante tendencialmente principal.

Esta ótica fundamenta o lançamento de prioridades de política orientadas para as áreas rurais e da periferia urbana, porque são os lugares mais específicos da pobreza no País e onde — como seria de esperar — existem os maiores obstáculos à eficiência pedagógica. O ensino formal tem-se mostrado aí particularmente inadequado e resta a incômoda impressão de que teríamos que reinventar quase tudo. A desvantagem das crianças pobres sobre as outras (que possuem em casa ambiente cultural elevado, fazem pré-escolar, são bem nutridas etc.) é de tal ordem, que parece haver dois sistemas estanques de ensino, caso não se trate da mesma moeda em duas faces. As determinações legais esvaziam-se diante de realidades díspares e profundamente diferenciadas social e regionalmente. Os conteúdos curriculares estão muito distantes da estratégia de sobrevivência dos pobres, que se adapta mal a noções urbanas e consumistas da serialidade, da aprovação, da racionalidade, etc. E isto tudo sem falar nos salários pagos aos professores, que comprovam de forma dura e contraditória que estudar, em muitos casos, é mau negócio. O número surpreendentemente elevado de professores leigos, sobretudo na área rural, não significa, na maioria das vezes, falta de profissionais no mercado, mas pura seletividade negativa.

Assim, tenta a educação entender a estratégia de sobrevivência do pobre e entrar nela como componente favorável. Neste sentido, é muito menos importante satisfazer a exigências culturais gerais, que enfeitam o mundo dos abastados, do que encaixar-se no mundo próprio da subsistência diária. É menos importante acentuar dimensões qualitativas, do que garantir níveis preliminares adequados, porque por trás da busca da qualidade está muitas vezes o laivo seletivo e elitista, que esconde nas propostas sociais uma excludência ainda maior do pobre. É importante acentuar o aspecto profissionalizante da educação, embora este traço possa ter impacto apenas secundário, pois não garante a criação de um emprego adequado; tendo em vista que o pobre entra precocemente no mercado de trabalho, a ten-

tativa legal de conservá-lo fora dele por oito anos ou mais, a fim de que se prepare melhor, significa dissonância aguda em relação a seu mundo de sobrevivência. É importante, sobretudo, encaixar a educação no quadro global de solução da pobreza, dentro do qual variáveis fora do sistema são muitas vezes mais decisivas, como é o caso da nutrição, da saúde e do saneamento básico, em particular nos primeiros anos de vida. Sem esta envolvimento globalizante e integrada, a educação se perde numa expectativa legalista, provoca conseqüências assistencialistas consideráveis e acaba por reproduzir a concentração da renda.

3. EDUCAÇÃO E PARTICIPAÇÃO

Poderíamos defender a idéia de que, na esfera social, o lugar da abertura democrática é sobretudo a educação. Com isto não se há de desconhecer a objeção forte de que a educação sempre pode ser também uma pressão à não-participação, no sentido de que ela tenderia a formar o obediente, não o colaborador independente e solidário. A educação serve para transmitir as ideologias mais estranhas e espúrias; por isto mesmo, os Governos atribuem a ela importância central no esforço de legitimação do sistema, tanto dentro do capitalismo, como sobretudo dentro do socialismo. O sistema educativo é a vanguarda da reprodução ideológica do sistema político-econômico.

Esta dimensão analítica profundamente correta não esgota a potencialidade da educação, ou, pelo menos, não precisa estar envolta apenas em seu aspecto negativo desmobilizador e reacionário. A educação pode ser também o veículo pelo qual se promove a participação política. Se considerarmos que a redução das desigualdades sociais seria inexplicável nos países avançados sem o concurso da articulação política do trabalhador, que igualmente é expressão necessária de um regime democrático com capacidade de persistência histórica relativa, a política social sem a variável política claudica e não vai longe. Se a política social não deve dar apenas o acesso aos bens, o que seria assistencialismo marginalizador, deve garantir condições suficientes e satisfatórias de acesso. Ao lado da variável socioeconômica, cristalizada no binômio ocupação/renda, emerge como estratégica a variável política, cristalizada na capacidade de participação no processo econômico e no processo da tomada de decisões.

Assim, a educação ressurge como elemento importante na criação das regras democráticas de jogo, que são condição essencial para o projeto de

redução da pobreza. A par de transmitir conhecimento e valores dominantes da sociedade, a educação deve transmitir da mesma forma a consciência dos direitos e dos deveres da cidadania política. Deve corresponder à necessidade de articulação, de associação, de cooperação, ou seja, à necessidade que o pobre também tem de se sentir insubstituível no esforço de construção nacional.

Não é difícil mostrar que as condições de participação econômica para o pobre são muito difíceis, tendo em vista que o crescimento econômico segue tendencialmente outros parâmetros que não os sociais. A expansão do capital é feita em boa parte às custas do trabalho, relação que vem agravada pelo fato de haver abundância relativa muito acentuada deste; a própria propensão tecnológica liberadora de mão-de-obra faz com que o crescimento assuma direção inversa às necessidades do trabalhador, tanto no sentido de ser absorvido como mão-de-obra, quanto no sentido de a produção se voltar também para suas necessidades básicas. Assim, na linha econômica, é difícil vislumbrar como se produziria na história um confronto de iguais, conforme pede a postura democrática. Todavia, na linha política isto é possível, na medida em que o fator trabalho se articule e adquira condições de influir no processo decisório e, por meio deste, no processo econômico. Assim, o confronto de iguais seria obtido muito mais pela capacidade política do que pela capacidade econômica, visto que em termos desta última o fator trabalho estaria sempre em condições de grande inferioridade.

Não se pode, porém, unilateralizar a importância da variável política, porque ela, isoladamente, não é jamais condição suficiente de redução da desigualdade social. A articulação política do trabalhador pode facilmente incorrer em esquemas de dominação por parte da elite laboral, reproduzindo sindicalismos dominados pela estrutura econômica ou exploradores dos trabalhadores mais pobres e com menor potencialidade de articulação. Não basta, pois, que a comunidade pobre se articule politicamente; é preciso também que ela se inclua na estrutura produtiva do País. Assim, participação política e participação econômica complementam-se mutuamente. Ademais, não se trata de contestação pura e simples, porque ela não faz do pobre um rico. Pelo contrário, trata-se de produzir condições de defesa política da participação econômica e vice-versa, ou seja: regras democráticas de jogo, ligadas sempre a direitos e a deveres.

A educação política não pode aparecer como o apanágio das soluções, não só porque de fato não o é, mas também porque isto significaria incidir em objeções outras, tais como: a educação, sozinha, não tem capacidade de conduzir o processo de crescimento econômico; não corrige necessariamente os efeitos da pobreza; não cria empregos; não reduz a abundância da mão-de-obra. Educação política é simplesmente aquela que colabora na formação da democracia, na qual preponderam regras igualitárias de jogo, de modo independente dos privilégios econômicos.

Não é fácil fomentar a educação política. Ela pode fluir para a simples reivindicação e potenciação das expectativas; pode ser apenas a maneira sutil de adestrar, por outros meios, o trabalhador pobre; pode ser um instrumento a mais de controle das comunidades carentes, e assim por diante. Não obstante isto, pode-se defender a idéia de que a educação ressurge como componente central do desenvolvimento, na medida em que aparecer como instrumento e conteúdo da participação, muito mais do que na perspectiva comum da preparação de mão-de-obra e da transmissão de conhecimento e de valores culturais. Aí a educação seria, de fato, um veículo privilegiado para a abertura democrática.

4. PESQUISA, PARTICIPAÇÃO E POBREZA

O problema da pesquisa talvez seja uma demonstração apta de quanto a educação pode dificultar a participação e a redução da pobreza. É correto dizer que educação é bom negócio sobretudo para empregador, educador e pesquisador. O educando entra aí principalmente como matéria de dominação e de manipulação. Embora esta perspectiva não seja jamais exclusiva, é importante acentuar o desafio que ela encerra.

Do ponto de vista sociológico, o pesquisador pertence, no quadro da estratificação social, aos estratos médios superiores, ou, em outra linguagem, ao grupo de pequeno-burgueses. Com isto se diz que, de um lado, não são pobres ou proletários; e um outro lado, são muito mais propensos a legitimar os favores da burguesia, da qual dependem economicamente, do que a defender a ascensão socioeconômica dos pobres. E disto advém a conseqüência incômoda: pesquisa sobre a pobreza é principalmente um bom negócio para o pesquisador, que melhora seu currículo, pode ganhar mais, publica artigos e livros, arranja bom prestígio, passa até a ser considerado cientista crítico, mas não diminui a pobreza. Com

ele o pobre assume nova função além da clássica, ou seja, de ser matéria de exploração: o pobre passa a ser também objeto de pesquisa; mas não vai além disto.

Um dos traços da crise das ciências sociais, que no fim da década de 60 agitou o mundo com contestação e mobilização estudantil, mas que agora revive tempos amorfos e cansados, estaria possivelmente na impotência dessas ciências para transformar o conhecimento em práxis social. Esta chance de ser também uma intervenção prática existe no planejamento, ao qual se dedicam muitos pesquisadores e educadores. Contudo, o planejamento reedita com facilidade o centralismo estatal que é igualmente uma forma de desmobilização. Realiza-se a política social compensatória, calmante de tensões sociais, oficina de reparação de danos econômicos, controle da população de baixa renda etc. Este planejamento pode chegar ao requinte do conhecimento aprofundado por meio da pesquisa; torna-se sábio; mas não realiza a redução da pobreza.

Assim, é mister que se diga: não há a mínima proporção satisfatória entre o acervo de pesquisas produzidas e a redução prática da pobreza. O saldo está muito mais para a posição socioeconômica melhorada do pesquisador do que para a ascensão social das camadas carentes. Comprova-se aí duramente que aprendemos na universidade muito mais a nos defender e a nos legitimar do que a fazer uma investigação objetiva, que vá além da camuflagem de vantagens sociais. Por baixo da pretensa objetividade a ciência se vende mais fácil como esquema de participação dominativa. Neste sentido, a formação universitária, que produz educadores, pesquisadores e planejadores, é cúmplice econômica e ideologicamente da concentração da renda e da marginalização política da maioria da população.

Não vamos defender a idéia de que conhecemos de modo satisfatório a realidade; isto jamais seria possível e significaria o fim do processo científico, que existe na própria medida do nosso desconhecimento dessa realidade e da possibilidade constante de superar o que imaginamos conhecer. Mas é defensável a idéia de que sabemos bastante sobre educação, sobre educação e pobreza, sobre educação e desenvolvimento etc. Este acervo de conhecimento, contudo, não tem, nem de longe, a implicação prática que deveria acarretar. E mais que isto: produziu máfias de pesquisadores, que invariavelmente tiram de todos os estudos e encontros a conclusão infalível: é preciso pesquisar mais, é preciso destacar

mais recursos para a pesquisa, é preciso outros seminários, e assim por diante. Na verdade, trata-se de um esquema de reprodução do grupo. E isto a título da objetividade científica, muita estatística e computador!

Não se depreende daí que a pesquisa não tenha sentido. Pelo contrário, trata-se de conferir a ela todo o sentido que tem na qualidade de pressuposto indispensável à intervenção na realidade. Nem estamos defendendo a idéia de que toda pesquisa deva ter envolvimento político direto, porquanto não se pode manipular bem uma realidade que não se conhece satisfatoriamente; o intento científico deve prevalecer sobre o ideológico. Mas, como em toda a pesquisa há suficiente ideologia e deturpação da realidade, é imprescindível admitir esta autocrítica. A prática jamais foi critério único da verdade; entretanto, se a pesquisa sobre pobreza não contribui para a redução substantiva da pobreza, há aí alguma história mal contada. No mínimo se conclui que esta pesquisa está fazendo mais o jogo do dominador do que o do dominado, que ela pretensamente imagina estar protegendo. Deixando aqui de lado problemas de neutralidade científica, que sempre constituem também outra forma de engajamento, a pesquisa poderia pelo menos colaborar mais no projeto de redução das desigualdades sociais. Neste sentido, fazem-se as seguintes considerações:

1. Ao lado da pesquisa tipicamente acadêmica, que em hipótese alguma condenaríamos, deve preponderar a pesquisa direcionada, ou seja, aquela que faz eco ao momento histórico da sociedade. Isto não significa entronizar a pesquisa encomendada, que se faz a gosto do comprador. Pelo contrário, significa conceder importância maior às relevâncias historicamente condicionadas da realidade. Num país subdesenvolvido, a pesquisa social será chamada a elucidar sobretudo os condicionamentos do processo de desenvolvimento, esperando-se dela que mostre possíveis soluções e alternativas. O processo educativo, que também pertence ao processo global de desenvolvimento, dá primazia a questões características, que, não por acaso, se cristalizam nas linhas de educação básica na zona rural e das periferias urbanas. A estas prioridades deve corresponder a pesquisa.

2. A pesquisa também precisa vir ao encontro das necessidades do planejamento, não só no sentido de descoberta científica, mas também no sentido da avaliação das políticas. Esta orientação poderia evitar que muitas pesquisas fossem relegadas ao absoluto descaso da comunidade ou que aparecessem apenas como um item a mais no currículo do pes-

quisador. Evidentemente, não se inclui nesta sugestão a idéia de que o pesquisador defenda os interesses ideológicos do planejamento.

3. Em consonância com as duas proposições anteriores, decorre que a pesquisa, para não ser apenas objeto de diletantismo e de enriquecimento do pesquisador, precisa ter pelo menos sabor de capacidade de intervenção na realidade. Falamos aqui da utilidade social da pesquisa, que tem sido, de maneira geral, ínfima. As excrescências nesta área são inúmeras:

- a) há a pesquisa apenas descritiva, que verbaliza o que o computador codifica, fugindo a qualquer responsabilidade por resultados interpretativos e analíticos;
- b) há a pesquisa totalmente inútil, porque refaz o que já foi pesquisado, ou porque estuda um tema irrelevante, ou porque é inventada para poder salvar financeiramente pessoas ou instituições etc.;
- c) há a pesquisa que desenvolve bem a parte cognitiva e inventiva, mas que nada operacionaliza em direção da mudança da realidade;
- d) há a pesquisa que se pretende descomprometida, como se isto não fosse também um compromisso.

4. O pesquisador precisa também submeter-se à avaliação geral da sociedade e perceber que é um componente socialmente condicionado. O pesquisador pretensamente neutro pratica a ideologia da isenção e do não-alinhamento; assiste à história de camarote, ganha bem e desfruta de prestígio, sem perceber que isto somente é possível porque a maioria da sociedade ganha mal e é explorada. O pesquisador ativista incorre no defeito contrário, pois a ideologia não é o instrumento mais adequado de conhecimento da realidade, ainda que para tanto possa colaborar. O bom pesquisador é aquele que consegue condições mais objetivas de conhecimento e de manipulação da realidade, precisamente porque considera as suas próprias tendências ideológicas e deturpadoras. Assim, como ninguém é isento e a realidade não está exclusivamente em alguém, é preciso que se exercite, ao lado da crítica, a autocrítica.

5. Embora, na maioria dos casos, o desempenho de um papel político não seja condição propícia à pesquisa, mesmo porque os pesquisadores costumam ser maus políticos, ignorar a função política da pesquisa significa praticar a pior política possível, principalmente quando esta é vendida sob a capa da objetividade. Nesta linha, a maior crítica que se

pode fazer às ciências sociais não é, por certo, o lamento sobre sua imaturidade científica, mas sobretudo a constatação de sua impotência como instrumento de formação de uma sociedade mais democrática e igualitária. É em nome da ciência e da objetividade que se justifica a adequação do salário mínimo para a subsistência de uma família pobre; que se justifica a necessidade da repressão; que se justifica a superioridade do universitário sobre o analfabeto, e assim por diante.

6. Mas não exageremos as coisas. A pesquisa tem sua própria razão de ser, não vale somente pela sua utilidade. Menos ainda deve-se tratar de politizar a pesquisa, porque isto seria apenas outra maneira de camuflar a pesquisa por encomenda. Mas deve-se, sem dúvida, problematizar a distância demasiada entre a avidez da pesquisa e a pequenez da mudança social. Neste sentido, pode-se dizer que o processo da educação, em suas instituições técnico-administrativas, representa para o educador, para o planejador e para o pesquisador, entre outras coisas, e às vezes sobretudo, a mina de ouro profissional. Aquilo que poderia ser uma colaboração decisiva para o projeto global de redução das desigualdades sociais, acaba cristalizado em agradáveis alternativas de incremento da renda e do prestígio pessoal.

Dentro deste quadro de referência globalizante, espera-se da pesquisa educacional:

- a) um compromisso pelo menos relativo com as prioridades da política e do planejamento da educação;
- b) elucidação das relações entre educação e pobreza, educação e participação, educação e política social;
- c) avaliação constante e crítica dos resultados da política educacional, acompanhada de propostas de melhoria ou superação;
- d) inclusão, no quadro das hipóteses a serem testadas, do contexto globalizante da política social, onde a educação é apenas um dos componentes;
- e) direcionamento dos resultados da pesquisa, de forma a possibilitar e a facilitar a intervenção na realidade;
- f) persistência na crítica às tendências negativas do fenômeno pedagógico e promoção da autocritica constante;
- g) mais coragem do que objetividade; mais contato com a realidade do que formalização; mais propostas do que tabelas.